

Juventude e engajamento político despartidarizado: estudo sobre os egressos do Parlamento Jovem Brasileiro (2004-2013)

*Youth and nonpartisan political engagement: study on the
graduates of Brazilian Youth Parliament (2004-2013)*

Antonio Teixeira de Barros¹ e Lúcio Meireles Martins²

Resumo: Estuda as formas de envolvimento político dos jovens que participaram do Parlamento Jovem Brasileiro (PJB) no período de 2004 a 2013. A pesquisa foi realizada por meio de questionário online, com questões fechadas e abertas. Do total de 763 egressos, 173 responderam (23%). As conclusões mostram uma preferência dos jovens pelas formas de engajamento e participação que dispensam a mediação dos partidos e das demais instituições políticas. Essa tendência reitera o declínio das ideias de delegação e representação que sustentam os modelos políticos institucionais. Tal postura encontra respaldo teórico nos estudos que ressaltam a tendência de despartidarização do engajamento juvenil.

Palavras-chave: *Juventude e política. Juventude e participação política. Parlamento Jovem Brasileiro. Câmara dos Deputados.*

Abstract: *Analysis of the forms of political involvement youth who participated in the Youth Parliament Brasileiro (PJB) from 2004 to*

¹ Doutor em Sociologia. Docente e pesquisador do Programa de Mestrado em Ciência Política do Centro de Formação da Câmara dos Deputados – CEFOR. E-mail: antonibarros@gmail.com.

² Programa de Mestrado em Ciência Política do Centro de Formação da Câmara dos Deputados – CEFOR. E-mail: luciogoiano@hotmail.com

Juventude e engajamento político despartidarizado: estudo sobre os egressos do Parlamento Jovem Brasileiro (2004-2013)

2013. The survey was conducted via online questionnaire with closed and open questions. Of the total of 763 graduates, 173 respondents (23%). The findings show a preference to young people forms of engagement and participation that do not require the mediation of parties and other political institutions. This trend confirms the decline of delegation and representation ideas that underpin the institutional political models. Such a stance is theoretical support in the studies that highlight the trend of youth nonpartisan engagement.

Keywords: Youth and politics. Youth and political participation. Young Brazilian Parliament. Brazilian Chamber of Deputies.

Introdução

A partir de um *survey* o artigo tem como objetivo identificar e descrever quais são as principais formas de participação política preferidas pelos jovens egressos do Parlamento Jovem Brasileiro (PJB) no período de 2004 a 2013. O PJB é um programa de educação política mantido pela Câmara dos Deputados desde 2004. A cada edição participam 78 estudantes do Ensino Médio, mediante processo público de seleção. O propósito do estudo é avaliar o que leva os jovens estudantes que participaram do PJB a preferir as formas não partidárias de participação e engajamento.

Para efeitos de análise, são consideradas não partidárias as modalidades de participação desvinculadas da esfera política convencional, representada pelos partidos políticos e as demais instituições do Estado. A justificativa para o estudo se deve à constatação de um elevado envolvimento desses jovens em atividades comunitárias, associativas, religiosas e estudantis em detrimento da participação política pelas vias partidárias. Por essa razão, adotamos como

referencial teórico os estudos sociológicos que ressaltam a força da individualização e da desinstitucionalização nas culturas juvenis. Tais estudos também explicam a preferência dos jovens pelas formas não partidárias de engajamento. A pesquisa foi realizada em 2014, por meio de questionário online, com questões fechadas e abertas. Do total de 763 ex-participantes, 173 responderam (23%). O detalhamento dos critérios metodológicos será feito na abertura do tópico que apresenta a análise e discussão dos resultados.

Embora a juventude seja representada sociologicamente como “uma categoria relacional que posiciona os indivíduos como pertencente a uma dada faixa etária” (GOHN, 2013, p.205), o que as pesquisas recentes mostram é que existem várias juventudes. Cada vez mais os jovens passam a ser caracterizados como um grupo social plural e emergente (MALFITANO, 2011), com diferentes formas de engajamento e de participação, variados repertórios de ação coletiva e múltiplas agendas (DAYRELL; MOREIRA; STENGEL, 2011), o que requer olhares menos simplificadoros. Isso dificulta a identificação de um padrão de engajamento e de participação, além de apontar para a dificuldade de se registrar tendências uniformes e estanques (RIBEIRO; LANES; CARRANO, 2006).

Estudos empíricos apontam que os jovens são atraídos pelas formas mais flexíveis, não convencionais e mais abertas de engajamento. Por isso a desconfiança nas instituições políticas convencionais, visto que tais instituições se apresentam para os jovens “sempre com uma face por demais burocrática e limitadora, estriada, portanto” (NASCIMENTO, 2012, p.321)

Individualização, desinstitucionalização e despartidarização nas culturas juvenis

Juventude e engajamento político despartidarizado: estudo sobre os egressos do Parlamento Jovem Brasileiro (2004-2013)

Individualização, desinstitucionalização e despartidarização da política são tendências que adquirem cada vez mais relevância no escopo sociológico atual. A individualização é definida por Beck (1994) como um processo sociocultural e político que compreende a emergência, o reconhecimento e a aceitação de modos particularizados de vida. A individualização não se confunde com individualismo, mas reforça o poder de agência do sujeito, o qual passa a ser visto como um analista competente da sua existência, o que implica o compartilhamento de subjetividades e não a existência de individualidades insuladas (BAUMAN, 2008). Trata-se de um fenômeno típico do processo civilizatório, a fim de atender à diferenciação das necessidades e demandas sociais (ELIAS, 1987).

Nesse escopo analítico a individualização constitui uma forma social, que emerge na senda das consequências da própria modernidade (GIDDENS, 1991). Cabe salientar ainda que individualização põe em cena as tramas sociais concebidas, aceitas e compartilhadas pelos agentes individuais. Trata-se, pois, de um modo de acomodar na estrutura as escolhas e preferências dos agentes humanos individuais (GIDDENS, 1991). Afinal, todo processo de individualização depende das estruturas sociais, assim como um gesto individual não se desvincula de uma mentalidade coletiva (ELIAS, 1987).

Nesses termos, podemos entender que a individualização é fruto da maior liberdade e autonomia dos atores, mas é moldada pela própria sociedade, ou seja, é “a sociedade moldando a individualidade de seus membros e os indivíduos formando a sociedade a partir de suas ações, enquanto perseguem estratégias plausíveis e exequíveis dentro da rede socialmente tecida de suas dependências” (BAUMAN, 2008, p.62). Trata-se de uma *lógica errática*, um processo formado por *histórias em marcha e inacabadas*, como define Beck (1994). Afinal, todos os comportamentos individualizados

carregam consigo as marcas da história de seus relacionamentos (ELIAS, 1987, p.39). Em suma, a individualização só pode ser compreendida no âmbito de uma rede de indivíduos actantes, por meio de *ações líquidas* (LATOURET, 2012, p.76). Tal concepção adquire ainda maior respaldo com a formulação latourniana de que não existem grupos, mas apenas associações. Essa visão prioriza o agente individual, em detrimento dos coletivos como grupos e classes.

Segundo Beck (1994), a obrigação de “individualização” das biografias, em busca de soluções mais adequadas para resolver as contradições sistêmicas do momento, caracteriza a fase histórica em que vivemos. Isso implica uma nova ênfase na autodeterminação, na autonomia e na liberdade de ação. Para os jovens, tudo isso se traduz na conquista de novos percursos de liberdade e de espaços de experimentação (LECCARDI, 2005, p.49). Nilsen (1998, p.60) explica que a individualização implica “a substituição dos modos de vida da sociedade industrial por outros novos, nos quais o indivíduo tem de produzir, ensaiar e agregar por si próprio a sua biografia”.

O termo desinstitucionalização é usado por Dubet (1998, p.27) para designar a mudança fundamental do modo de produção dos indivíduos nas sociedades contemporâneas. Se antes as instituições exerciam uma função expressiva na constituição dos indivíduos pela via da definição dos papéis sociais, “no curso dos processos de desinstitucionalização, a personalidade pensa antes do papel. É ela que constrói o papel e a instituição” (p.32). A força das instituições, segundo o autor, se dava pelas formas intensivas de socialização, que resultavam “na forte interiorização de princípios gerais e constituía um modo autônomo de ação e de julgamento de si e dos outros” (p.32). Nos processos de desinstitucionalização, conforme Dubet, a experiência social é mais relevante do que os papéis. Para o autor, a desinstitucionalização “é, com frequência, descrita como uma crise, um acidente: crise da escola, da

Juventude e engajamento político despartidarizado: estudo sobre os egressos do Parlamento Jovem Brasileiro (2004-2013)

família, renúncia dos pais ...” (p.33). Por essa razão, é preciso mudar de perspectiva e analisar os processos reais de socialização como formadores de indivíduos, pela perspectiva da experiência.

Freire (2009, p.16) apresenta levantamento de pesquisas que confirmam que essa tendência da juventude ao engajamento despartidarizado está diretamente relacionada com a crescente força das formas de individualização de vida. A individualização, “condiciona o aparecimento de motivações de carácter pessoal nos jovens para a realização da prática associativa”. Em outras palavras, “as diferentes dimensões do processo de individualização motivam o surgimento de diferentes motivações com um carácter pessoal para a prática associativa”.

Teixeira Coelho (1997), ao refletir sobre os impactos da desinstitucionalização e da individualização na vida política dos jovens aponta para um novo estatuto político da juventude, marcado pelo imediatismo e as relações diretas:

As relações preferidas pelos jovens são as que se dão de modo direto e imediato (...) O que parece interessar-lhes mais é o que está a seu redor imediato, ao alcance da vista e do corpo. Esse traço do comportamento jovem reforça outra tese com circulação atual, a da decadência das ideias de delegação e representação, base da forma política republicana clássica (TEIXEIRA COELHO, 1997, p. 160-61).

É por essa razão, segundo Augusto (2008, p.164) que os jovens tendem a olhar a política como ‘o que acontece no parlamento’ e não tanto como ‘algo que afeta minha vida’. Segundo Augusto (2008) uma das chaves analíticas para a compreensão da escassa relação dos jovens com a política

institucional e seu fraco envolvimento nos sistemas democráticos formais está nas teorias sociológicas sobre a desinstitucionalização e a individualização. Para o autor, não se trata de apatia, mas de um modo próprio da juventude de se relacionar com os processos democráticos. Desse diagnóstico é que resultariam as crescentes incoerências entre os modelos de ação política institucionalizados e as práticas sociais, revelando que o poder que as instituições dispõem para dar sentido às biografias individuais está em declínio.

Nesse processo, segundo o autor, é necessária a ressalva de que os jovens têm se afastado da política institucionalizada, mas não da democracia. Para os jovens, a democracia surge associada a um desejo de liberdade e autonomia que é inteiramente congruente com as perspectivas de individualização e desinstitucionalização. Por outro lado, o autor salienta que a democracia está mais estreitamente vinculada ao plano existencial dos jovens e não ao plano político. Assim, é necessário “não confundir desinteresse pela política com desinteresse pelos mecanismos formais e institucionais da política, em particular os partidos e as elites que as lideram” (AUGUSTO, 2008, p.164).

A pesquisa com os egressos do PJB mostrou um baixo interesse dos jovens pela participação política convencional, ou seja, aquela vinculada à arena eleitoral, partidária e governamental. Do total de respondentes, 57% afirmou não ter nenhuma vinculação partidária e apenas 11% declarou já ter participado de atividades partidárias antes do PJB. Indagados sobre filiação partidária, 65% responderam nunca ter sido filiado e apenas 10% afirmaram que já era filiado antes do PJB. Questionados sobre acompanhamento do horário eleitoral gratuito no rádio e na TV, 56% declararam não ter interesse. Sobre o engajamento em campanhas eleitorais 44% responderam nunca ter se engajado. Em relação ao

Juventude e engajamento político despartidarizado: estudo sobre os egressos do Parlamento Jovem Brasileiro (2004-2013)

acompanhamento da agenda política, 48% afirmou não ter motivação para tal.

Nesse aspecto, os dados convergem para os estudos que mostram o engajamento juvenil, impulsionado pelo idealismo (CASTRO, 2008), marcado pela defesa de causas comuns, independentemente da orientação ideológico-partidária. Além disso, as disputas típicas do período eleitoral são vistas como suspeitas pela juventude, pois implicam negociações e acordos escusos, como ressalta o mesmo autor citado. Nesse campo, a vinculação entre política e corrupção é nitidamente associada na maioria das pesquisas sobre as percepções juvenis da política (TELLES e DIAS, 2010).

Como forma de análise desses dados é necessário comparar esses percentuais com o observado na população jovem em geral. A pesquisa “Juventude, Juventudes: o que une e o que separa” empreendida pela Unesco em 2004, com amostragem nacional apontou que apenas 3,3% dos jovens (15 a 29 anos) já havia participado de alguma atividade partidária (ABRAMOVAY e CASTRO, 2006).

Atualmente, o Brasil tem 10,71% de seus eleitores filiados a algum partido político (JORNAL DO SENADO, 2014) considerando-se todas as idades. Esse percentual é muito próximo daquele verificado em relação ao período anterior à participação dos egressos, já que 10% deles afirmaram já serem filiados antes de participar do PJB. Entretanto, essa comparação deve ser relativizada já que o recorte de idade dos participantes durante as edições é de jovens entre 16 e 22 anos, já a dos eleitores engloba dos 16 anos ao eleitor mais idoso, ou seja, é possível identificar um nível de participação política diferenciado desse grupo que se inscreve e chega ao PJB, tanto em relação à filiação partidária como à militância política.

Dados da Pesquisa Nacional sobre o Perfil e a Opinião dos Jovens Brasileiros³ mostram que 54% deles nunca participaram de nenhuma atividade política no âmbito institucional e que 45% reconhecem as mobilizações de rua, protestos, manifestações e outras ações diretas como a via mais indicada para a solução de problemas sociais. Outros levantamentos mostram até 82% de desinteresse dos jovens pela política em suas modalidades institucionalizadas⁴ (BAPTISTA et al., 2013). Outro levantamento mostra que 59% dos jovens afirmam que o Brasil seria melhor se não houvessem partidos políticos (RODRIGUES, 2014).

Os dados estão em consonância com as tendências indicadas pela literatura especializada, que registra um refluxo nas formas convencionais de engajamento político entre os jovens e um crescimento na adesão à contestação e ao protesto (RIBEIRO, 2012). As práticas políticas estabelecidas são nitidamente rechaçadas pelos movimentos juvenis, levando-os a negar que fazem política, mesmo quando existem características tipicamente políticas (MAYORGA, CASTRO E PRADO, 2012; TELLES E DIAS, 2010). Isso implica a rejeição à política partidária.

A desconfiança nos partidos políticos e o afastamento dos jovens da esfera partidária

Certamente um dos fatores que interfere no baixo interesse dos jovens pela política institucionalizada é a desconfiança nas instituições políticas, especialmente no Poder legislativo e nos partidos políticos, como mostra o quadro

³ Pesquisa realizada pela Secretaria Nacional da Juventude, em 2013. Disponível em: <http://www.polis.org.br/uploads/1982/1982.pdf>

⁴ Pesquisa Juventude, Participação e Voto, UFMG, 2010. Disponível em: http://www.opiniaopublica.ufmg.br/pesquisas_detalhe.php?id=41

Juventude e engajamento político despartidarizado: estudo sobre os egressos do Parlamento Jovem Brasileiro (2004-2013)

abaixo. Os jovens foram perguntados sobre qual o grau de confiança antes do PJB. A análise das respostas indica baixíssimo nível de confiança dos egressos do PJB nas instituições políticas e na atividade parlamentar.

No caso dos jovens, Nazzari (2005) enfatiza que a balança da confiança pende para o plano interpessoal, ou seja, para a confiança na família, nos amigos, professores e vizinhos. Trata-se de uma confiança que gera cooperação e retroalimenta ainda mais a confiança coletiva. No caso do PJB, dos 173 respondentes, apenas 15 manifestaram confiança nos partidos (8,65%), como mostra o Quadro 1. A confiança institucional na política é muito baixa, considerando os demais itens do quadro. A exceção é a confiança nas leis aprovadas, certamente por se tratar de um processo que conta com a atuação de outros poderes, como o Poder Executivo na proposição de grande parte dos projetos de lei e das medidas provisórias, além da atuação do Poder Judiciário, nos casos de inconstitucionalidade.

Quadro 1 - Nível de confiança política

Nível de confiança	N	%
Nos partidos políticos	15	8,65
No Poder Legislativo	27	15,05
Na atividade parlamentar	36	20,80
Nas leis aprovadas	95	54,90
Total	173	100,00

Fonte: Elaboração própria

Os dados da sondagem com os egressos do PJB devem ser contextualizados em relação ao cenário nacional. O Índice de Confiança Social (ICS) elaborado pelo IBOPE, desde 2009, indica os partidos políticos como a instituição com menor credibilidade entre os cidadãos brasileiros, sendo que numa escala de 100 pontos, em 2014, obteve 30, similar ao quadro

acima apontado. Outras instituições verificadas no índice do IBOPE apresentam resultados bem superiores, como os 'meios de comunicação' (54), as escolas públicas (56) e as forças armadas (62)⁵.

Mesmo no caso dos egressos, há relatos negativos acerca do desencanto com a política institucional:

- já faz quase 10 anos que participei do projeto, de lá para cá minha opinião sobre a política só vem piorando, principalmente, pelo fato, das constantes denúncias de corrupção, as quais os acusados nunca são punidos da forma que deveriam (Resposta 29).

- A visão sobre os parlamentares piorou (Resposta 17).

- Hoje me encontro bastante desmotivado com o quadro do legislativo do meu estado e no plano federal (Resposta 91).

- (...) Vi entre os colegas parlamentares jovens algumas práticas que se mostraram tão corruptível e impregnada de interesses escusos que me senti desestimulada de me envolver de forma institucionalizada na política (Resposta 101).

As particularidades no modo juvenil de encarar a participação é um dos fatores que explicam a suspeita deles em relação à política institucionalizada. Além disso, as disputas, os debates e conflitos característicos da esfera partidária são vistos como impedimentos para o engajamento e a participação no

⁵ Dados do ICS do IBOPE de 2013.

Juventude e engajamento político despartidarizado: estudo sobre os egressos do Parlamento Jovem Brasileiro (2004-2013)

plano institucional, pois implicam negociações e acordos suspeitos. Tais arranjos são considerados instrumentos para a máquina partidária, algo que se distancia do ideal de transformação sociopolítica almejada. Por essa razão, os jovens preferem “uma via direta de ação e de participação na sociedade, em que podem constatar, por eles mesmos, os efeitos do que fazem, sem intermediações” (CASTRO, 2008, p.263).

Dados da Pesquisa Nacional sobre o Perfil e a Opinião dos Jovens Brasileiros⁶ mostram que 54% deles nunca participaram de nenhuma atividade política no âmbito institucional e que 45% reconhecem as mobilizações de rua, protestos, manifestações e outras ações diretas como a via mais indicada para a solução de problemas sociais. Outros levantamentos mostram até 82% de desinteresse dos jovens pela política em suas modalidades institucionalizadas⁷ (BAPTISTA et al., 2013). Pesquisa realizada pelo Instituto Data Popular em 2014 revela que 59% dos jovens brasileiros acreditam que o Brasil seria melhor se não houvesse nenhum partido político (RODRIGUES, 2014). Apesar da descrença, a pesquisa revela que a juventude é mais informada que seus pais e tem peso decisivo na eleição.

Os dados estão em consonância com as tendências indicadas pela literatura especializada. Os estudos registram um refluxo nas formas convencionais de participação política entre os jovens e um crescimento na adesão às modalidades de mobilização caracterizadas pela contestação e o protesto (RIBEIRO, 2012). As práticas políticas estabelecidas são nitidamente rechaçadas pelos movimentos juvenis, levando-os

⁶ Pesquisa realizada pela Secretaria Nacional da Juventude. Disponível em: <http://www.polis.org.br/uploads/1982/1982.pdf>

⁷ Trata-se da pesquisa Juventude, Participação e Voto realizada por pesquisadores da UFMG em 2010. Disponível em: http://www.opiniaopublica.ufmg.br/pesquisas_detalhe.php?id=41

a negar que fazem política, mesmo quando existem características tipicamente políticas, como mostra o levantamento coordenado por Mayorga, Castro e Prado (2012). Isso implica a rejeição à política partidária e às lógicas dominantes nas eleições e no cotidiano das câmaras de vereadores, assembleias legislativas, Câmara dos Deputados e Senado Federal. O reflexo direto disso é a baixa confiança nas instituições legislativas, com registro de 4,4 numa escala de zero a 10 (BAPTISTA et al., 2013, p.129). O que explica tal *performance* em termos de confiança no Poder Legislativo (em todos os níveis), segundo os autores citados, é a recorrente associação entre política e corrupção, o que reforça o pessimismo e a descrença da juventude (TELLES e DIAS, 2010).

O parlamento jovem brasileiro

O PJB é um projeto anual de simulação parlamentar juvenil. Estudantes do ensino médio e técnico de escolas públicas e privadas, entre 16 e 22 anos (2º ou 3º anos), são convidados a participar de um concurso de projetos de lei, por meio do qual são selecionados 78 jovens que terão a oportunidade de passar por um processo de formação e prática parlamentar simulada, durante uma semana, na Câmara dos Deputados.

A iniciativa foi idealizada pelo então Deputado Federal Lobbe Netto (PSDB/SP) e instituído como um projeto institucional da Câmara dos Deputados por meio da resolução 12/2003. Em novembro daquele ano, previa-se inicialmente um projeto a ser desenvolvido em parceria com as instituições representativas estudantis (UNE e UBES) que promoveriam a seleção por meio de eleições abertas aos estudantes. Percebe-se assim que o objetivo inicial do projeto era de formar líderes políticos, dada essa intenção de se vincular ao movimento

Juventude e engajamento político despartidarizado: estudo sobre os egressos do Parlamento Jovem Brasileiro (2004-2013)

estudantil. Também se previa alternância de turmas do ensino médio e do ensino superior a cada ano. Porém, já na primeira edição do projeto, em 2004, foi iniciado com outra configuração, bastante semelhante com o formato atual, direcionado aos jovens do ensino médio e com seleção realizada por meio de concurso de redação legislativa. Apesar de alterações pontuais de procedimentos, seja na seleção ou nas atividades didáticas e de simulação, o projeto vem tendo uma constância de seus procedimentos e conteúdos, o que facilita uma análise histórica dos seus resultados. Desde que foi criado, o PJBjá realizou onze edições.

Apesar de não ter se efetivado a participação das instituições estudantis, uma das características do projeto está no envolvimento interinstitucional. O Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) tem papel essencial na difusão do programa nacionalmente. As secretarias estaduais realizam a divulgação do projeto por meio de releases pré-elaborados, *spots* de rádio e peças publicitárias impressas, oferecidos pela Câmara dos Deputados, e recebem as inscrições com os projetos de lei para uma primeira avaliação de questões documentais obrigatórias. O servidor indicado por cada secretaria de educação, também faz uma primeira seleção dos projetos com base em critérios pré-estabelecidos e os escolhe em até 4 vezes a quantidade de vagas de cada estado. A seleção final dos projetos escolhidos é feita pela Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. No mês de março é realizado um encontro com esses servidores dos estados com diferentes objetivos: avaliação da edição anterior, conscientização quanto à importância da educação política, busca de compromisso com as etapas de organização do programa e apresentação da campanha de divulgação da edição seguinte.

A simulação inclui eleição da Mesa Diretora, debates nas comissões temáticas, além de votação em plenário de proposições, sendo todas as atividades organizadas conforme o

Regimento Interno do PJB, homologado pelo Ato da Mesa Diretora da Câmara nº 49/2004.

Análise dos dados

A análise está baseada em levantamento do tipo *survey*, com questionário aplicado on-line, nos meses de outubro e novembro de 2014. Os ex-participantes das edições de 2004 a 2013 (10 eventos) foram contatados por meio de e-mail e *Facebook*, quando foram convidados a preencher um questionário com questões abertas e fechadas. Do total de 762 jovens que participaram do projeto nas dez edições mencionadas, 176 responderam o questionário, representando 23,09% do universo estudado.

Intentou-se a realização de um censo junto as participantes e ao final da coleta de dados, optou-se pela exclusão das respostas relativas aos dois anos iniciais (2004 e 2005), em vista do baixo índice de respostas advindo da dificuldade de contato com esse grupo. Assim, a análise final contempla oito anos de execução do PJB, isto é, de 2006 a 2013, totalizando 169 respondentes (27,93% do total de egressos das oito edições mencionadas).

Perfil dos respondentes

A análise dos dados inicia com a caracterização da amostra estudada, com ênfase para os seguintes aspectos: faixa etária dos respondentes, sexo, ano de participação, região e escolaridade. O objetivo dessas informações é contextualizar as respostas dos sujeitos da pesquisa.

A amostra estudada inclui participantes de 16 a 29 anos, sendo cerca de 48% mulheres e 52% homens (**Quadro 2**).

Quadro 2 – Idade e sexo dos informantes

Juventude e engajamento político despartidarizado: estudo sobre os egressos do Parlamento Jovem Brasileiro (2004-2013)

Faixa etária	N	%	Gênero	N	%
16 a 19	60	32,43	Masculino	89	52
20 a 25	96	57,29	Feminino	84	48
26 a 29	17	10,27	-----	----	----
Total	173	100	-----	173	100

Fonte: Elaboração dos autores

Do ponto de vista da faixa etária, predominaram os respondentes entre 20 e 25 anos, com 106 registros, equivalente a 57,29%. Quanto à relação entre o percentual de respondentes masculinos e femininos, os dados são coerentes com a realidade nacional e também com o número de eleitores (48%) e eleitoras (52%), segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral.⁸

Quanto à distribuição por ano, o **Quadro 3** mostra um relativo equilíbrio no número de respondentes de cada uma das edições do PJB, com o percentual mínimo de 19,48% em 2010 e o máximo de 40,51% em 2013.

Quadro 3: Amostra e população das edições estudadas do PJB

Edição	Amostra	População	Porcentagem
2006	17	78	21,79%
2007	30	77	38,96%
2008	21	78	26,92%
2009	18	65	27,69%
2010	15	77	19,48%
2011	20	81	24,69%
2012	16	70	22,86%
2013	32	79	40,51%
Total	173	605	27,93%

Fonte: Elaboração dos autores.

⁸ Em: <http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/estatistica-do-eleitorado-por-sexo-e-faixa-etaria>

Os egressos que responderam a pesquisa residem em grande parte em cidades do interior⁹ (64%) e os demais em capitais, com predomínio de residentes nas regiões Sudeste, Nordeste e Sul, como mostra o **Quadro 4**. Uma informação complementar relevante é que a amostragem de egressos segmentada conforme a região geográfica é relativamente coerente com a distribuição do eleitorado regional¹⁰.

A quantidade de vagas do projeto é proporcional ao quantitativo de cadeiras na Câmara dos Deputados que, por sua vez, está vinculada à população dos estados brasileiros. Conforme pode ser verificado no **Quadro 4**, a realização da pesquisa resultou numa proporção muito próxima entre a amostra e a proporção da população das regiões, com leve diferença em algumas e um maior percentual na amostra do Sudeste. Considera-se assim que os dados levantados tem uma boa representatividade do perfil dos egressos do PJB.

Quadro 4: Comparação da amostra dos egressos e população das regiões

Região	N	Amostra em relação à População de egressos	Proporção da população População brasileira por região	Eleitores N	Eleitores%
Norte	26	8,88%	8,44%	10.815.545	7,573
Sudeste	57	40,83%	42,01%	62.044.425	43,441
Centro-Oeste	22	11,24%	7,45%	10.248.279	7,175
Nordeste	38	23,67%	27,75%	38.267.006	26,793
Sul	31	15,38%	14,32%	21.096.204	14,771
Total	173	100	100	142.825.280	100

Fonte: Elaboração dos autores.

⁹ As cidades foram classificadas em capital ou cidade de interior.

¹⁰ Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado>

Juventude e engajamento político despartidarizado: estudo sobre os egressos do Parlamento Jovem Brasileiro (2004-2013)

Em relação à formação educacional dos egressos, grande parte dos respondentes está em processo de graduação ou já se formou¹¹ (69,05%). Quando se separa apenas aqueles graduados ou graduandos em ciências humanas ou sociais aplicadas chega-se a um percentual de 47,93% do geral da amostra, conforme o **Quadro 5**.

Quadro 5: Escolaridade dos egressos

Formação	N	%
Médio e técnico	36	19,05%
Graduação	116	69,05%
Pós-graduação	20	11,90%
Total	173	100

Fonte: Elaboração dos autores.

Formas de participação preferidas pelos jovens

Em relação às das preferências dos jovens, no campo da participação e do engajamento fora da esfera institucional, o **Quadro 6** mostra um mapeamento geral das respostas¹². Em primeiro lugar destaca-se a alternativa “conversas sobre política com familiares, amigos e vizinhos”, com 99%. Esse dado mostra a força das relações interpessoais e o poder dos vínculos baseados em relações de reciprocidade, especialmente na esfera do parentesco. Em segundo lugar aparece o engajamento estudantil, com 88%, o que reforça ainda mais a relevância das relações de proximidade, o contexto imediato dos jovens.

¹¹ Os dados se referem ao momento em que os egressos responderam o questionário e não ao período em que participaram do PJB.

¹² O Quadro 6 apresenta o cômputo geral das respostas positivas, ou seja, o somatório das três opções de respostas oferecidas pelo questionário (antes do PJB, depois do PJB e atualmente)

Com igual índice de adesão está o item 3 do quadro, relacionado à assinatura de abaixo assinados, petições e manifestos. Mesmo os itens que ficaram nos últimos lugares da escala apresentam elevado percentual de adesão dos respondentes, como é o caso dos tópicos 4 e 5 do quadro, com 79% e 76% respectivamente. Os demais itens do quadro seguem a mesma lógica. Em suma, o mapeamento mostra que a participação é variada, mas todos os itens do quadro mostram percentuais elevados de engajamento dos egressos do PJB, confirmando a ideia de *militâncias múltiplas* na juventude (MISCHE, 1997). Vale ressaltar que os dados se referem à participação dos estudantes antes, durante e depois do PJB. O foco do questionário nas experiências anteriores teve como objetivo avaliar o *background* dos jovens em termos de participação e engajamento.

Quadro 6 – Formas de participação preferidas pelos jovens¹³

	Formas de participação	N	%
1	Conversas sobre política com familiares, amigos e vizinhos	171	99
2	Participação em entidades estudantis	152	88
3	Assinatura de abaixo assinados, petições e manifestos	152	88
4	Publicação e compartilhamento de opinião sobre política em blogs e redes sociais digitais	136	79
5	Participação em igrejas e entidades religiosas	132	76
6	Participação em organizações não-	128	74

¹³ Aqui, o N não corresponde ao número de respondentes da pesquisa, mas ao total de respostas positivas, resultante do somatório das três opções de respostas oferecidas pelo questionário (antes do PJB, depois do PJB e atualmente). O questionário permitia marcar várias respostas.

Juventude e engajamento político despartidarizado: estudo sobre os egressos do Parlamento Jovem Brasileiro (2004-2013)

	governamentais, instituições filantrópicas e atividades de voluntariado		
7	Participação em protestos, passeatas e manifestações públicas	126	73

Fonte: Elaboração dos autores

Após esse mapeamento geral, apresentamos agora cada forma de participação separadamente, iniciando pelas que registraram os percentuais mais elevados.

Conversas sobre política com familiares, amigos e vizinhos

O Quadro 7 mostra o detalhamento das respostas em relação ao item “conversas sobre política com familiares, amigos e vizinhos”. Conforme já detalhado acima, trata do tópico com os maiores percentuais de respostas positivas. Apenas dois respondentes (1%) afirmaram não ter esse hábito. Cabe registrar o elevado número de respostas relacionado à alternativa “Já era costume antes do PJB”. Esse dado chama atenção para o ambiente familiarmente favorável às trocas de informações e opiniões sobre política, remetendo ao papel da família como agência de socialização política, como destaca Setton (2010).

Quadro 7 - Conversa com amigos e familiares sobre política

Respostas	N	%
Costumo conversar sobre política habitualmente	153	66
Já era costume antes do PJB	62	27
Passei a ter o costume após o PJB	14	6
Nunca tive esse hábito	2	1

Fonte: Elaboração própria.

Os relatos dos jovens remetem aos impactos do PJB no incremento da inserção dos temas políticos na vida cotidiana, conforme se observa nos comentários escritos pelos respondentes:

- (...) Hoje entendo mais ainda a necessidade de se discutir com meus familiares e participar da política porque ela molda o futuro do país, e isso diz respeito a todo povo (Resposta 19).

- Atualmente, pesquiso mais sobre as notícias do Congresso Nacional e tento debater com meus amigos e familiares (Resposta 36).

- (...) Tornei-me mais participativa em relação a noticiários e discussões sobre política na minha família (Resposta 115).

- (...) Passei a ter um senso mais crítico sobre o papel dos políticos e da política na nossa vida. Passei a perceber o grau de importância em conhecermos sobre os acontecimentos políticos de nosso país (Resposta 116).

Essa perspectiva reforça pesquisas que mostram o crescente protagonismo dos jovens no ambiente familiar no que se refere à formação de opinião. Por serem mais bem informados que seus pais, na maioria das vezes, favorecidos pela cultura de conectividade digital, esses jovens acabam interferindo até na decisão de voto dos familiares e no julgamento de questões da agenda pública (RODRIGUES, 2014).

Juventude e engajamento político despartidarizado: estudo sobre os egressos do Parlamento Jovem Brasileiro (2004-2013)

Outras pesquisas mostram que uma via para a participação juvenil é o engajamento político, nos termos de Pipa Norris (2000), que envolve informação, participação política e confiança nas instituições. O engajamento interfere, portanto, nas opiniões sobre o universo da política e nas atitudes cotidianas dos cidadãos. Demaneira similar, Inglehart&Welzel (2009) também destacam a relevância da confiança política e do capital social como ingredientes do engajamento político, o que inclui a atenção aos fatos políticos, por meio do noticiário, as conversas sobre política no ambiente laboral, com amigos e familiares. Em seus estudos sobre confiança e democracia, Moisés (2005) também leva em conta esses fatores. Partindo dessa bibliografia, Rothberg (2012, p.8) apresenta a diferença entre engajamento e politização, considerando o segundo conceito como algo que vai além da atenção e do acompanhamento da política. “Nesse sentido, algo que demanda ainda mais iniciativa, como acessar uma determinada página pela internet, escrever uma mensagem de suporte a um candidato e sugestões genéricas ao seu governo pode ser tomado como sinal de politização”.

Esse quadro se explica pela elevada desconfiança da juventude na política, em contraposição a um cenário de forte confiança na família, nas igrejas e nas entidades não governamentais (PAIVA, 2010). Os estudos mostram que a política “não parece interpelar os jovens como atividade criadora e transformadora do mundo” (CASTRO, 2009, 480). Nesse sentido Carrano (2012, p.95) adverte que

jovens de diferentes estratos sociais dão expressivas evidências de rejeição ao ofício da “política profissional” e seus agentes: os políticos. Esta é, sem dúvida, sinalização preocupante, pois, a baixa confiabilidade na política fragiliza a institucionalidade

democrática que se organiza na base da representação partidária.

Participação estudantil

A *performance* dos jovens no engajamento na política estudantil é bem expressiva. A literatura enquadra a política estudantil como característica inerente o protagonismo juvenil, o que facilita a identificação e a defesa de causas e bandeiras da agenda dos próprios jovens (AUGUSTO, 2000; CARRANO, 2002). Por essa razão, apenas 12% dos egressos do PJB nunca participaram da política estudantil. Além disso, a política estudantil apresenta vários dos ingredientes de desinstitucionalização que atraem os jovens, como o contato direto com os líderes estudantis, a relação direta com os problemas do cotidiano escolar, o contexto imediato e as relações de reciprocidade, confiança mútua e proximidade física e simbólica, em função da mesma faixa etária e do compartilhamento de crenças e valores políticos. Nesse aspecto, o ambiente escolar é reconhecido como uma instância relevante em termos de socialização política, embora não estejam tratando do restrito espaço da sala de aula. Afinal, o ambiente escolar deve ser compreendido como algo mais abrangente, incluindo as manifestações e expressões associativas dos estudantes.

Quadro 8 - Participação em entidades estudantis

Respostas	N	%
Já participei antes do PJB	93	41
Participei logo após o PJB	55	24
Participo atualmente	53	23
Nunca participei	28	12

Fonte: Elaboração própria.

Juventude e engajamento político despartidarizado: estudo sobre os egressos do Parlamento Jovem Brasileiro (2004-2013)

Chama atenção o fato de que o maior número de relatos escritos pelos respondentes se enquadra exatamente no quesito participação juvenil. Variadas e multifacetadas, as narrativas apontam para vários aspectos. Um deles diz respeito ao engajamento direto na política estudantil, no aspecto de organização e direção de grêmios escolares:

- O PJB mostrou como o cidadão tem a responsabilidade de escolher seus representantes. Por isso me interessei pela política partidária e estudantil, fui presidente do Grêmio do meu antigo colégio, participei de congressos como da UBES e da UNE, fui Presidente da União da Juventude Socialista de minha cidade, e membro da direção estadual da mesma e me filiei ao Partido Comunista do Brasil, em 2009, e hoje faço parte da direção municipal, como diretor de comunicação (resposta 103).

- Acho que a principal mudança do PJB em mim, foi o estímulo à liderança, por querer fazer a diferença, porém mais no meio acadêmico do que em cargos políticos. (Resposta 87).

O primeiro comentário exposto acima chama atenção para a “ponte” entre movimento estudantil e militância política de esquerda. Mesmo se tratando de participação política institucional, ao que tudo indica, os partidos de esquerda podem apresentar maior potencial de adesão juvenil. Entretanto, o levantamento aqui apresentado não apresenta elementos conclusivos. Trata-se de algo que carece de maior

aprofundamento, o que poderá ser realizado nas edições posteriores do PJB.

Ao mesmo tempo em que um relato destaca o engajamento estudantil, também ressalta a inserção dos egressos em questões tanto do ambiente universitário, escolar e laboral:

- O PJB influenciou na minha participação dentro de lideranças estudantis, me ajudou na discussão e planejamento de atividades do ensino superior desenvolvidos pelos Programas de Educação Tutorial, me ajudou a definir juntos aos Encontros do PET o que seria sensato solicitar de melhoria para cada órgão responsável. (Resposta 59).

- O PJB me ajudou a desenvolver práticas democráticas na escola onde estudei. Antes os representantes de turma eram "eleitos" por indicações; implementei a democracia na escolha. Na faculdade me sentia estimulado e na empresa onde trabalhei como Jovem Aprendiz fui citado na comunicação interna da empresa e me ajudou a obter informações que necessitavam ser repassadas a todos (resposta 111).

- Na faculdade, fui representante de colegiado durante três anos e meio da graduação (Resposta 21).

- Fui tesoureiro durante um ano e presidente no ano seguinte no grêmio do meu curso na UFMG. Toda forma de participação é válida e proveitosa (Resposta 19).

Juventude e engajamento político despartidarizado: estudo sobre os egressos do Parlamento Jovem Brasileiro (2004-2013)

Outro aspecto destacado nos relatos refere-se à política estudantil em seu sentido expandido, ou seja, além dos muros das escolas:

- A participação no PJB colaborou para que eu me tornasse um jovem mais atuante e mais participativo, seja em debates, trocas de ideias e para que eu pudesse compartilhar e repassar a experiência vivida na Capital aos demais jovens do meu município e da minha região. (resposta 116).

- O fato de ter me engajado no movimento estudantil clareou muito o meu conhecimento sobre política” (Resposta 7).

- Após a experiência no PJB o meu interesse aumentou consideravelmente pelas políticas públicas voltadas para a juventude(Resposta 92).

- O PJB Me deixou mais motivado para lutar por aquilo que acredito e para participar de forma mais efetiva em ações políticas estudantis, seja escolar, seja fora dela (Resposta 126).

O interesse pelas políticas estudantis em termos mais amplos, considerando o contexto municipal e estadual também é registrado nos relatos, revelando o vínculo direto com um dos objetivos do PJB, que é formar lideranças juvenis:

- Passei a participar da Conferência de Educação Municipal, pois entendi que essa é uma forma de contribuir para a melhoria da

educação e isso é bom para os jovens de modo geral e não só para mim (Resposta 5).

- Hoje sou militante da UMES (União Municipal dos Estudantes Secundaristas) de São João Del Rei, um jeito de me conectar com outros estudantes (Resposta 9).

Há vários relatos de jovens que reforçam a relação da escola com atividades estudantis extraclasse e projetos mais amplos, na maioria dos casos que cumprem a função de estágio, de vivência ou de experiências com potencial para abrir portas no mercado de trabalho:

- Eu tive uma experiência interessante quando participei do Programa Jovens Embaixadores 2014 em Rondônia. (Resposta 6).

- Trabalho como voluntário em um dos laboratórios do meu curso de graduação. É um meio de investir na minha formação, conhecer melhor os colegas e os professores e ter mais interação na universidade (Resposta 17).

- Sou acadêmico de Direito e estagiário da Defensoria Pública Estadual. Os conhecimentos adquiridos nesse período de PJB estão sendo muito úteis no meu aprendizado agora. (Resposta 16).

- Gosto muito de participar do Movimento de Empresas Júnior do Brasil, pois é uma ponte entre o que eu estudo na universidade e o mundo empresarial (Resposta 15).

Juventude e engajamento político despartidarizado: estudo sobre os egressos do Parlamento Jovem Brasileiro (2004-2013)

- Participo de simulações de júri e acho uma forma interessante de aprimorar os conhecimentos e de interagir com meus colegas e professores (Resposta 14).

Outra observação é que o envolvimento com a política no plano geral também está conectado com o contexto local:

- Eu já participava de movimentos politico-populares antes do PJB, mas depois me achei mais motivado e apto a interagir mais e colaborar com a mudança da realidade a minha volta (resposta 14).

Nazzari (2005) ressalta o vínculo direto entre o cotidiano dos jovens e a participação em entidades estudantis. Além disso, o engajamento de um jovem se reverte tanto em aprendizado político para si próprio como também no estabelecimento de redes de engajamento, uma vez que um estudante atrai outros coetâneos para o movimento. Franch (2011) associa a participação estudantil ao campo experiencial do “presente estendido”¹⁴, ou seja, ao espaço temporal de construções estratégicas de reprodução material e simbólica “em consonância com visões mais presenteístas da vida social” (p.10). Trata-se, nas palavras da autora, de uma projeção biográfica de orientação presenteísta, ou seja, um modo de vida projetado a curto prazo, “numa série de presentes sucessivos” (p.12).

¹⁴ Conceito formulado por HelgaNowotny (1992) para se referir à progressiva desvalorização social do futuro em detrimento da crescente valorização do agora, entendido como um presente prolongado, ou um futuro que se realiza nos limites desse presente ampliado, como o lugar da realização dos desejos e esperanças.

Os jovens vivem sob a pressão do curto prazo:

A maior parte dos jovens (...), em resposta às condições sociais de grande insegurança e de risco, encontra refúgio em projetos de curto ou curtíssimo prazo, que assumem o “presente estendido” como área temporal de referência (...) Em alguns casos, parecem configurar-se essencialmente como uma reação à inquietação que a própria ideia de futuro evoca.

Segundo Groppo (2004, p.17), é inerente à condição juvenil essa relação com o tempo, uma vez que se trata de uma *relação experimental* com valores e estruturas sociais do presente ou *atuação de ensaio*, nos termos de Augusto (2005).

A condição juvenil, como relação experimental com o presente, tende a fazer com que as juventudes valorizem mais as vivências do imediato e a espontaneidade, que tendam a considerar mais ou menos secundário, às vezes até inútil, a experiência acumulada, já que esta é um atributo da maturidade.

Assinatura de abaixo-assinados, petições e manifestos

Este item apresenta percentuais iguais ao relacionado com a política estudantil (88% no cômputo geral). Uma hipótese passível de verificação em estudos futuros é que esse tópico provavelmente esteja diretamente relacionado com a própria participação no ambiente escolar. Ao que tudo indica a adesão a

Juventude e engajamento político despartidarizado: estudo sobre os egressos do Parlamento Jovem Brasileiro (2004-2013)

assinatura de abaixo-assinados, petições e manifestos pode ocorrer no próprio contexto estudantil, além de ter motivação tema e questões desta esfera, com a reconhecida relevância para a vida cotidiana dos jovens. Certamente não se pode reduzir a adesão a essas formas de participação ao contexto estudantil, mas o ambiente escolar é, com certeza, um contexto incitante para esse tipo de engajamento.

Quadro 9 – Adesão dos egressos a assinatura de abaixo-assinados, petições e manifestos

Respostas	N	%
Já participei antes do PJB	74	32
Participei logo após o PJB	32	14
Participo atualmente	95	41
Nunca participei	30	12

Fonte: Elaboração própria.

Esses dados estão em consonância com as conclusões de outros estudos citados anteriormente sobre o perfil diversificado e as variadas tendências de engajamento político da juventude (CASTRO, 2008; MAYORCA, CASTRO, 2012). Ressaltando ainda a pluralidade das militâncias juvenis (MISCHE, 1997). A literatura registra um refluxo nas formas convencionais de engajamento político entre os jovens e um crescimento na adesão à contestação e ao protesto (RIBEIRO, 2012).

A rejeição às práticas políticas estabelecidas são nitidamente rechaçadas pelos movimentos juvenis, levando-os

a negar que fazem política, mesmo quando existem características tipicamente políticas (MAYORGA, CASTRO E PRADO, 2012; TELLES E DIAS, 2010). Isso implica a rejeição à política partidária.

Esse quadro se explica pela elevada desconfiança da juventude na política, em contraposição a um cenário de forte confiança na família, nas igrejas e nas entidades não governamentais (PAIVA, 2010). Os estudos mostram que a política “não parece interpelar os jovens como atividade criadora e transformadora do mundo” (Castro, 2009, 480). Nesse sentido Carrano (2012, p.95) adverte que

jovens de diferentes estratos sociais dão expressivas evidências de rejeição ao ofício da “política profissional” e seus agentes: os políticos. Esta é, sem dúvida, sinalização preocupante, pois, a baixa confiabilidade na política fragiliza a institucionalidade democrática que se organiza na base da representação partidária.

A assinatura de abaixo-assinados, petições e manifestos geralmente faz parte de estratégias maiores de mobilizações, patrocinadas por entidades estudantis e movimentos sociais que dialogam com jovens. Atualmente um fator que fortalece esse tipo de participação são as modalidades eletrônicas de manifestos e petições, os quais são estimulados pelas redes sociais digitais, com ampla adesão dos jovens. Ao serem convocados para assinar tais dispositivos os fatores relacionais certamente funcionam como estímulos para a adesão dos jovens. Isso significa que o fato de conhecerem as entidades ou os líderes de tais petições e manifestos é um fator que promove a iniciativa para a assinatura de tais dispositivos. A influência relacional pode ser, portanto, uma das explicações para o sucesso dessas iniciativas.

Juventude e engajamento político despartidarizado: estudo sobre os egressos do Parlamento Jovem Brasileiro (2004-2013)

Ativismo digital

A internet é um espaço muito familiar aos jovens. Por essa razão, o ativismo digital figura com 79% de adesão dos respondentes. Além de ser algo descentralizado, desinstitucionalizado e que dispensa mediação de elites institucionais, o espaço virtual permite formas individualizadas de uso e de aplicações. A internet, no contexto de uma *sociedade de multirredes* (BAUMAN, 2000), resultante do processo de *encolhimento do mundo* (HARVEY, 1992) permite um novo tipo de copresença, por meio da atuação online dos atores.

Ressalta-se nesse aspecto, a capacidade de agência do usuário de internet, com sua múltipla atuação (espectador, ator e operador). Tudo isso favorece a adesão dos jovens à *política de signos* para criar e representar modos de pertencimento. Trata-se do que se denomina de receptor empoderado, um fenômeno típico do contexto comunicacional proporcionado pelas novas mídias. Esse acentuado poder de agência permitido pelas ferramentas digitais certamente é um dos fatores que explica a atração dos jovens pelo ativismo digital.

Nesse contexto político-cultural a internet e suas inúmeras ferramentas de interação entre cidadãos e instituições reduzem o custo de participação política, tornam mais velozes a circulação dos estoques informativos e permitem envolver diferentes parceiros de interlocução, o que significa um potencial de interação inédito em comparação com os veículos de comunicação tradicionais. O baixo custo certamente é um dos fatores que possibilita e estimula a adesão juvenil, além da autonomia e da possibilidade de utilização segundo seus interesses e agendas.

Além disso, muitos dos jovens que participaram do PJB fazem parte dos chamados nativos digitais, ou seja, aqueles indivíduos que já nasceram e foram socializados em um mundo

em que a tecnologia já exercia um papel relevante nas formas de comunicação e interação. Conforme aponta Faria (2012) o ambiente virtual favorece a colaboração voluntária em rede, o acesso a uma quantidade infinitamente maior de informações em comparação com os veículos de comunicação tradicionais e um grande poder de distribuição de informações. Esse ambiente exerce um forte atrativo para os jovens, como se observa no caso dos egressos do PJB.

Quadro 10 - Publicação e compartilhamento de opinião sobre política em redes sociais e blogs

Respostas	N	%
Publico atualmente	112	48
Nunca publiquei	49	21
Já publiquei antes do PJB	47	20
Publiquei logo após o PJB	24	10

Fonte: Elaboração própria.

A internet é apontada como o espaço preferido dos jovens para o engajamento político, com ampla mobilização cognitiva e adesão continuada (AUGUSTO, 2008). Para Stabile (2012, p.35), a internet atrai os jovens por suas formas de projetos livres dos mecanismos tradicionais de mediação política e de centralização de poder. Para o último autor, a ideia da não mediação e descentralização que estas novas tecnologias proporcionam estão acostumando estes jovens a um modo operatório “que produzirá a longo prazo uma política cada vez mais colaborativa”.

Juventude e engajamento político despartidarizado: estudo sobre os egressos do Parlamento Jovem Brasileiro (2004-2013)

Apesar do expressivo percentual de adesão ao ativismo digital, os jovens não fizeram relatos sobre suas práticas, o que caberia ser explorado em estudo complementar.

Ativismo religioso

O vínculo com entidades religiosas é outro item expressivo no levantamento realizado com os egressos do PJB. Apenas 24% dos respondentes afirmaram nunca ter participado de atividades promovidas por igrejas e entidades religiosas, conforme mostra o Quadro 11. Apesar disso, o engajamento religioso foi objeto de apenas um relato:

Participo da igreja e isso me motivou a participar de outras atividades sociais, como o conselho da área de assistência social, pois a prática religiosa deve aumentar nosso compromisso com o próximo (Resposta 3).

Quadro 11 - Participação em igrejas e entidades religiosas

Respostas	N	%
Participo atualmente	61	28
Nunca participei	51	24
Já participei antes do PJB	82	38
Participei logo após o PJB	21	10

Fonte: Elaboração própria.

No Brasil, vários estudos apontam para a relação dos jovens com projetos patrocinados por entidades religiosas, ressaltando formas específicas sobre a participação juvenil em entidades religiosas, a exemplo de Santos e Mandarino (2009), Fernandes (2009) e Sofiati (2011). Novaes (2005) mostra que a “religião faz diferença” na atitude dos jovens e mostra-se um

fenômeno relevante para a compreensão do engajamento juvenil não partidarizado.

Em seus estudos sobre cultura cívica, Almond et al (2008) destacam o papel de instituições religiosas, ao lado dos partidos políticos, das mídias, dos grupos de interesse, da classe social e do gênero. Segundos esses autores, ao lado da família e da escola, as instituições religiosas também transmitem e reforçam certos valores morais, culturais e políticos¹⁵. Além disso, os líderes religiosos exercem funções similares a dos pais e professores, como figuras tutelares que influenciam a socialização política de crianças, adolescentes e adultos e oferecem guias de condutas que se tornam relevantes para as escolhas políticas dos indivíduos. Apesar de vivermos em sociedades cada vez mais marcadas pela secularização, a religião, na visão dos autores mencionados não pode ser desprezada quando se trata de socialização em termos gerais e do campo específico da socialização política.

Boltanski (2000) destaca a função do *ágape* na vida social, entendendo-o como um regime de ação social, orientado pelo altruísmo e o espírito de fraternidade. As entidades religiosas e seus projetos sociais são vistos pelo autor como atores por excelência de formas de ação social representadas pelo *ágape*, o que se assemelha à noção de dádiva. O *ágape* situa-se num regime de ação específico, o do amor, relacionado à tradição cristã, “que se caracteriza pelo ideal de dar ao próximo sem nenhum tipo de consideração a respeito da equivalência ou justiça” (CASTRO, 2009, p.5). Por essa razão, “a gratuidade do amor, segundo a noção de *ágape*, distancia-se de qualquer referência à política e suas ordens de grandeza, pois se atém ao presente e ao local” (CASTRO, 2009, p.5).

¹⁵ O estudo de Martins (2000) analisa especificamente o papel da Pastoral da Juventude na socialização política juvenil.

Juventude e engajamento político despartidarizado: estudo sobre os egressos do Parlamento Jovem Brasileiro (2004-2013)

Leon (2012, p.5) destaca que a laicização do Estado brasileiro, anunciada pelo regime republicano “estimulou a Igreja Católica a organizar-se internamente e estabelecer novas frentes de atuação”. Como consequência, a Igreja passou a estabelecer uma agenda social, que incluía “uma série de ações no intuito de ampliar sua intervenção no campo social e educacional”. Essa estratégia ampliou a inserção social da doutrina católica, a qual passou a servir de suporte para a ação de entidades de cunho político, como a pastoral da juventude, comunidades eclesiais de base e demais movimentos defensores da igualdade e da justiça social. Nesse processo, o autor destaca o uso de meios de comunicação como veículos estratégicos para a difusão dos ideais religiosos, pois possibilitaram a difusão dessas ideias em espaços diversos, principalmente nos espaços que não eram de influência da Instituição. Essa ampliação certamente também atinge os jovens.

Engajamento associativo e comunitário

Esse quesito mostra elevada adesão dos jovens ao engajamento associativo, como mostra o Quadro 7. Apesar de 26% ter afirmado nunca ter participado, os percentuais de adesão são expressivos, o que se confirma com alguns dos relatos dos próprios jovens, os quais, mais uma vez reforçam os impactos positivos do PJB:

- Eu já tinha interesse, mas o PJB me influenciou a continuar lutando pelos meus ideais e aumentou meu engajamento nos movimentos sociais, nos quais eu acredito no poder de transformação da sociedade (Resposta 97 – Grifos acrescentados).

- Eu já participava de movimentos político-populares antes do PJB, mas **depois me**

achei mais motivado e apto a interagir mais e colaborar com a mudança da realidade à minha volta. Meu interesse sobre o Legislativo aumentou e passei a acompanhar a agenda e atividade da casa e dos parlamentares do meu estado e os mais relevantes a nível nacional (Resposta 112).

- Nos movimentos associativos **eu encontro apoio e sinto interesse real na transformação da realidade, além de conhecer a seriedade e a competência deles** (Resposta 123 – Grifos acrescentados).

Nesse aspecto, os dados e os relatos convergem para os estudos que mostram o engajamento juvenil, impulsionado pelo idealismo (CASTRO, 2008), marcado pela defesa de causas comuns, independentemente de orientação ideológico-partidária. Além disso, as disputas típicas do período eleitoral são vistas como suspeitas pela juventude, pois implicam negociações e acordos escusos, como ressalta o mesmo autor citado. Nesse campo, a vinculação entre política e corrupção é nitidamente associada na maioria das pesquisas sobre as percepções juvenis da política (TELLES e DIAS, 2010).

Destaca-se ainda a relevância dos laços fortes, ou seja aqueles constituídos em contextos de interação face a face, com reciprocidade mútua e compromissos éticos. Também chama atenção o interesse pelo contexto imediato, com preferência para aquelas questões que afetam diretamente suas vidas ou apresentam forte correlação com seus interesses, embora estejam distantes da “política de palácios”, como destaca Augusto (2008). Os relatos mostram ainda que existem componentes afetivos e relacionados a crenças, como se observa nos trechos sublinhados acima.

Juventude e engajamento político despartidarizado: estudo sobre os egressos do Parlamento Jovem Brasileiro (2004-2013)

Em suma, o engajamento associativo juvenil, no caso em exame, é caracterizado pela ação altruísta (PASSY, 1998), ou seja, voltada para atender necessidades dos outros, a exemplo das atividades de voluntariado. Para a autora, os movimentos sociais atuais são favoráveis para levar à militância pessoas que tomam para si a luta de certa classe de indivíduos, o que ela denomina de movimentos de solidariedade, movidos pela lógica da ação altruísta. O indivíduo que se engaja está dentro de um contexto social e político que lhe permite ver questões do mundo moderno que o influenciem à militância, não sendo mais uma questão apenas individual. Young (2006) ressalta o papel das associações políticas motivadas por um comprometimento por crenças e valores, o que também se aplica ao caso em estudo.

Quadro 12 - Participação em organizações não-governamentais, instituições filantrópicas, comunitárias e voluntariado

Respostas	N	%
Já participei antes do PJB	68	32
Participo atualmente	56	26
Nunca participei	55	26
Participei logo após o PJB	36	17

Fonte: Elaboração própria.

O engajamento associativo remete ao conceito de Putnam (1996) sobre engajamento cívico. Nesse contexto, o autor considera as comunidades cívicas como agentes de socialização política. Por comunidades cívicas, o autor entende aquelas em que existe elevada coesão social, grande senso de pertencimento, confiança mútua e relações de reciprocidade. Isso significa que os cidadãos se sentem iguais aos demais e

importam-se com problemas da comunidade. Tais configurações sociais consideradas por Putnam levam em conta a participação dos cidadãos em associações informais, sem vínculos diretos com a esfera institucional da política. Entretanto, para o autor, o senso de comunidade é indissociável da democracia, pois é nessas redes cívicas que se constituem importantes mecanismos de modelagem de atitudes e comportamentos políticos no sentido mais abrangente. Essas comunidades cívicas criam e recriam cidadãos virtuosos, propensos a obedecer às leis, votar e cumprir seus deveres cívicos e políticos. Autores como Ribeiro e Farina (2004), entretanto, destacam o potencial de instituições como os sindicatos, clubes sociais e esportivos no processo de socialização política, além do ambiente laboral. Essa perspectiva aponta para uma relação complementar desses agentes institucionais com as comunidades cívicas estudadas por Putnam.

Young (2006) destaca o papel das associações políticas motivadas por um comprometimento por crenças e valores altruístas. Essas associações também podem representar opiniões na vida pública e influenciar as políticas públicas. Trata-se de um perfil de instituição cuja forma de motivação é autocentrada, mesmo que autocentrada num grupo. Esse perfil facilita o caráter relacional da participação dos jovens pelo conhecimento da juventude em relação às atividades dessas entidades e pelos eventuais laços com seus dirigentes. Além disso, os jovens podem entender que as entidades civis, sociais, religiosas e de ação humanitária sejam mais inclusivas do que os próprios partidos políticos e as demais instituições religiosas. Para a autora citada, essas entidades exercem um papel fundamental em termos de democracia inclusiva:

Aprofundamos a democracia quando encorajamos o florescimento das associações

Juventude e engajamento político despartidarizado: estudo sobre os egressos do Parlamento Jovem Brasileiro (2004-2013)

que as pessoas formam de acordo com os interesses, opiniões e perspectivas que consideram importantes. As atividades autônomas e plurais das associações civis propiciam aos indivíduos e aos grupos sociais, em sua própria diversidade, uma inestimável oportunidade de serem representados na vida pública (YOUNG, 2006, p.187).

Nazzari (2005) chama atenção para a cooperação baseada na reciprocidade que se estabelece nessas associações. Além de alimentar o capital social, o engajamento juvenil nessas entidades fortalece as relações de reciprocidade e estimula ainda mais o engajamento. Esse tipo de participação, segundo a análise da autora, é motivada pela crença na eficácia do ato de participar. Isso significa que “a interação social é pré-requisito para a criação de confiança generalizada e de reciprocidade” (p.149). Além disso, a autora destaca a função de educação política dessas entidades. Afinal, “as associações desempenham uma função na socialização, porque a interação em associações voluntárias e as experiências de cooperação socializam os membros para a democracia e ampliam as redes de parcerias” (p.149). Em outras palavras, “as associações funcionam como escolas para se aprender democracia” (p.148).

Moreno e Almeida (2009) ressaltam a relevância das próprias instituições ou movimentos sociais organizados como agências de socialização. Trata-se, pois, de um processo pelo qual os jovens militantes são orientados e preparados para participar do movimento. Ao longo dessa preparação, os jovens passam a inculcar novas visões e representações, além de adquirir novos repertórios de reflexão e de ação e exercer novos papéis, o que implica o ajuste, redefinição ou perda de outros papéis mais antigos que passaram a não fazer mais parte deste novo universo no qual os jovens passam a transitar. A

socialização política dos indivíduos ocorre durante todo o processo de institucionalização dos movimentos ou das causas. Trata-se de um processo necessário para a consolidação e continuidade do movimento, entidade ou instituição. (REIHER, 2011, p.5).

Além disso, os jovens tendem a aderir mais facilmente a projetos e iniciativas protagonizadas por entidades não governamentais do que ao engajamento partidário. As ONGs e entidades filantrópicas gozam de maior confiança da parte da população e isso certamente influi na percepção positiva dos jovens sobre o papel e a atuação dessas entidades. Muitas vezes essas ONGs são vistas como instituições que prestam serviços que deveriam ser oferecidos pelo Estado. Entretanto, nas lacunas deixadas pela ineficiência estatal tais entidades conseguem construir uma reputação positiva perante as populações locais, o que inclui a juventude. Muito embora tais entidades funcionem com recursos públicos, nem sempre isso é registrado pela percepção pública.

Protestos e manifestações

A adesão dos respondentes a protestos, passeatas e manifestações públicas é de 73% no computo geral. Como mostra o Quadro 13, o percentual de jovens que nunca participaram é de 27%. Certamente esse tipo de participação é motivada pela política estudantil e pelas circunstâncias a ela relacionadas. Em outras palavras, uma hipótese a ser verificada é se o ambiente de participação no contexto estudantil funciona como fator incitante para a adesão aos protestos e manifestações. O que dificulta ainda mais uma análise mais detalhada deste tópico é o fato de que não houve registro de relatos nas questões abertas do questionário. Os respondentes limitaram-se a responder às questões fechadas.

Juventude e engajamento político despartidarizado: estudo sobre os egressos do Parlamento Jovem Brasileiro (2004-2013)

Quadro 13 - Participação em protestos, passeatas e manifestações públicas

Respostas	N	%
Participo atualmente	69	31
Já participei antes do PJB	65	29
Nunca participei	61	27
Participei logo após o PJB	27	12

Fonte: Elaboração própria.

Um fator que explica a elevada adesão de jovens a protestos e manifestações é efeito denominado contágio comportamental, que é resultado da influência de uns sobre os demais, resultando em amplas manifestações coletivas de adesão aos mesmos comportamentos e atitudes. Os protestos e manifestações atraem os jovens porque são movimentos “que se formaram e que funcionam de maneira apartidária, mantendo autonomia e independência em relação a governos. São movimentos horizontais, que recusam a ideia da concentração da representação em uma liderança individual” (NOBRE, 2013, p.4). Benevides (2006) complementa que a atração dos jovens pelos protestos e manifestações se deve ainda ao espírito libertário, uma marca geracional, cujo impulso geralmente está no desejo e na esperança de transformações da sociedade. Assim, a adesão a esses eventos se deve, em geral, pelos projetos libertários que eles expressam, em sintonia com as aspirações dos jovens.

Essas tendências de contestação, protesto e resistência são apontadas como integrantes das culturas políticas juvenis (TEIXEIRA COELHO, 1997), com fortes vínculos com os movimentos culturais aos quais os jovens aderem. Esses movimentos culturais devem ser entendidos como integrantes de uma esfera cultural ampla, na qual "as coisas da cultura,

particularmente as divisões e hierarquias sociais a elas associadas, são constituídas como natureza pela ação do Estado que, instituindo-as ao mesmo tempo nas coisas e nos espíritos, confere todas as aparências do natural a um arbítrio cultural” (BOURDIEU, 2011, p.95).

Conclusões

No caso da juventude, estudos empíricos apontam para uma multiplicidade de formas de participação e de engajamento político e social, os quais enveredam por caminhos diversos, sejam os da política institucional, sejam os da ação militante no trabalho social voluntário (CASTRO, 2008; MAYORGA, CASTRO, 2009). Outra característica do engajamento político juvenil é que nem sempre o sentido político das ações aparece de forma ostensiva, ou seja, nem sempre é explicitado ou admitido pelos jovens, como estratégia de refutação das políticas partidarizadas. Isso mostra que as formas convencionais da ação política permanecem em tensão com outras escolhas de engajamento e de participação na sociedade (CARRANO, 2012).

O estudo aqui apresentado teve como foco analítico as formas de envolvimento político não partidarizado dos jovens que participaram do Parlamento Jovem Brasileiro (PJB) durante os primeiros dez anos de existência do PJB. Os dados revelam que esse segmento juvenil apresenta nítidas preferências pelas modalidades de engajamento e participação que dispensam a mediação dos partidos e das demais instituições políticas. Trata-se dos tipos de participação que se desenvolvem fora das arenas políticas institucionalizadas ou mediadas por elites partidárias e parlamentares. Essas escolhas dos jovens se justificam pela associação direta entre política institucional com a disputa partidária, a corrupção e demais representações negativas do campo político partidarizado.

Juventude e engajamento político despartidarizado: estudo sobre os egressos do Parlamento Jovem Brasileiro (2004-2013)

O que se observa com a análise é que existe grande interesse dos jovens que participaram do PJB durante os dez primeiros anos de existência do programa, embora o foco não seja a política eleitoral, partidarizada e exercida com a mediação das elites. Ao contrário disso, a pesquisa mostra que as atividades políticas preferidas pelos jovens são aquelas as que se dão de modo direto e imediato, o que justifica o interesse pelas questões e temáticas que estão ao seu redor (AUGUSTO, 2008). Esse diagnóstico chama atenção para representações políticas específicas produzidas e difundidas por esses jovens. Essas representações apontam para a tendência desses atores de rechaçar as formas da política tradicional ancoradas na ideia de delegação e representação. Esse dado é relevante como indicação de trilhas analíticas que carecem de maior aprofundamento sob a ótica da sociologia política e da sociologia da juventude. Ao rejeitar os padrões políticos que se sustentam nos modelos políticos institucionais da representação liberal, o que esses jovens pretendem? Que formas alternativas de política eles consideram viáveis em relação aos modelos hegemônicos? Como a rejeição da política calcada nos padrões atuais de representação e delegação por esses jovens pode reconfigurar os sistemas políticos contemporâneos? Como aproveitar a inventividade e a criatividade política dos jovens para a renovação da democracia?

Algumas pistas analíticas iniciais apontadas pela pesquisa encontram respaldo teórico nos estudos que ressaltam a força da individualização e da desinstitucionalização nas culturas juvenis. Entretanto, reconhecemos a necessidade de novas pesquisas empíricas para aprofundar esse escopo analítico, uma vez que a individualização e a desinstitucionalização nas culturas juvenis não devem ser compreendidas como tendências homogêneas e nem homogeneizantes. O estudo aqui apresentado justifica-se pela constatação de que se trata de um segmento juvenil com um

perfil político diferenciado. Os dados sugerem que esses jovens são oriundos de ambientes sociais mais favoráveis ao interesse pela participação e o engajamento político em atividades associativas, comunitárias, estudantis e similares.

Uma das alternativas sugeridas para aprofundar esse suposto perfil diferenciado é uma futura pesquisa de natureza compreensiva para melhor entendimento das condições de socialização política dos estudantes que são recrutados para o PJB. Que diferenciais de socialização política esses jovens apresentam? Quais são os agentes e espaços de socialização política que mais contribuem para a conformação desse perfil diferenciado? Em que medida as famílias desses estudantes colaboram para o interesse deles pelo engajamento associativo? Qual o papel da escola nesse processo? Quais as contribuições dos grupos de pares formados no ambiente escolar e nos demais espaços de convivência desses jovens?

No caso da família especificamente, salta aos olhos o percentual de 99% de estudantes que afirmam ter o hábito de conversar sobre política no ambiente familiar, incluindo amigos e vizinhos. O primeiro levantamento aqui apresentado não é suficiente para oferecer elementos para uma abordagem analítica de maior profundidade. Uma das alternativas é um segundo levantamento, de caráter qualitativo, sobre as condições específicas de socialização familiar desses estudantes. De forma complementar, seria igualmente interessante um aprofundamento sobre as condições de socialização política no ambiente escolar. Outro foco relevante para o aprofundamento dessa pesquisa é um estudo analítico mais denso sobre o processo de recrutamento desses estudantes para o PJB. Uma hipótese que se pode deduzir dessa abordagem exploratória preliminar é que os processos envolvidos no recrutamento dos estudantes parece favorecer a seleção de jovens com esse perfil diferenciado, com elevado interesse nas formas de participação identificadas até o momento da pesquisa. Para tal propósito,

Juventude e engajamento político despartidarizado: estudo sobre os egressos do Parlamento Jovem Brasileiro (2004-2013)

será necessário investir em entrevistas em profundidade com os jovens que participam do PJB.

Em suma, trata-se de um objeto de estudo rico e multifacetado, que requer ainda alguns levantamentos complementares, com o propósito de iluminar o escopo analítico iniciado com o presente artigo. Cabe ressaltar a relevância desses estudos para o fortalecimento das perspectivas analíticas que fazem interface entre política e juventude, jovens e participação política e especialmente os estudos sobre os programas de educação política juvenil das instituições legislativas. Trata-se de um amplo campo de pesquisa que requer aportes da sociologia política e da sociologia da juventude.

Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, Miriam e CASTRO, Mary Garcia (coord.). **Juventude, juventudes: o que une e o que separa**. Brasília: Unesco, 2006.
- AUGUSTO, Nuno Miguel. A juventude e a (s) política (s): Desinstitucionalização e individualização. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 81, p. 155-177, 2008.
- ALMOND, G.; VERBA, S. **The civic culture: political attitudes and democracy in five nations**. New York: Sage, 1989.
- ALMOND, Gabriel A. et al. Political culture and political socialization. **Comparative politics today: a worldview**, v. 9, p. 43-59, 2008.
- AUGUSTO, Maria Helena Oliva. Retomada de um legado intelectual. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 17, n. 2, p. 1-2, 2005.
- BAUMAN, Z. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- _____. **A sociedade individualizada**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

- BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, A.; LASH, S.; BECK, U.; **Modernização reflexiva**. São Paulo: EdUnesp, 1994, p. 11-87.
- BENEVIDES, Sílvio César Oliveira. **Na contramão do poder: juventude e movimento estudantil**. Annablume, 2006.
- BOLTANSKI, L. **El amor y la justicia como competencias**: Buenos Aires: Amorrortu, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. Espíritos de Estado: gênese e estrutura do campo burocrático. _____. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas, São Paulo: Ed. Papyrus, 2011.
- BAPTISTA, Érica Anita et al. Jovens eleitores e novas tecnologias: percepções da política e participação. **Revista do Legislativo**. Belo Horizonte, v.5, n.1, jan., 2013, p.124-132.
- CARRANO, Paulo. A participação social e política de jovens no Brasil: considerações sobre estudos recentes. **O Social em Questão**, v. 27, p. 83-99, 2012.
- CASTRO, Rodrigo de. A crítica e a Dádiva na Construção do Vínculo Social. **Jornal do MAUSS**, 2009.
- CASTRO, Lucia Rabello de. **Juventude e socialização política: atualizando o debate**. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, vol.25, n.4, 2009, p. 479-487.
- CASTRO, Lucia Rabello de. Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum. **Revista Sociologia Política**. Curitiba, v. 16, n.30, pp. 253-268. 2008.
- JORNAL DO SENADO. Diminui o número de filiados a partidos políticos. Brasília, 30 de setembro de 2014. Disponível em:
<http://www12.senado.gov.br/jornal/edicoes/2014/09/30/diminui-o-numero-de-filiados-a-partidos> Acesso em: 27/11/2014.
- DUBET, François. A formação dos indivíduos: a desinstitucionalização. **Contemporaneidade e Educação**, v. 3, n. 3, 1998.

Juventude e engajamento político despartidarizado: estudo sobre os egressos do Parlamento Jovem Brasileiro (2004-2013)

ELIAS, Norbert. *A sociedade de indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

FRANCH, Mónica. Como será o Amanhã. Juventude, exclusão social e construção simbólica do futuro no Grande Recife. **Anais do XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais**. Salvador, agosto de 2011.

FARIA, C. F. S. de. O Parlamento aberto na era da internet: pode o povo colaborar com o Legislativo na elaboração das leis? Brasília: Edições Câmara, 2012.

FERNANDES, Silvia Regina Alves. Juventude nas igrejas e fora delas: crenças, percepções da política e (des) vinculações. **Revista Tomo**, n. 14, p. 99-126, 2009.

FREIRE, Sara Andreia Moreira. **Associativismo juvenil e diferentes formas de participação política**: um estudo de caso. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade da Beira Interior. Covilhã, 2009. 249f.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. 1ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GOHN, Maria da Glória. Os jovens e as praças dos indignados: territórios de cidadania. **Revista Brasileira de Sociologia**, v.1, n.2, p.205-221, jul/dez 2013.

GROPPO, Luís Antonio. Dialética das juventudes modernas e contemporâneas. **Revista de Educação do Cogeime**, v. 13, n. 25, 2004.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

IBOPE. Após queda acentuada em 2013, Índice de Confiança Social se estabiliza. Matéria jornalística (sem citação de autor). 1 de setembro de 2014. Disponível em: <http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/Ap%C3%B3s-queda-acentuada-em-2013,Indice-de-Confianca-Social-se-estabiliza.aspx> Acessado em: 28/02/2015.

INGLEHART, R. ; WELZEL, C. **Modernização, mudança cultural e democracia**: a sequência do desenvolvimento humano. São Paulo: Francis, 2009.

- LATOUR, B. **Reagregando o social**. Bauru: Edusc, 2012.
- LECCARDI, Carmen. Por um novo significado do futuro. **Tempo Social**, n. 2, p. 35-57, 2006.
- LEON, Adriana Duarte. Ponderações sobre as dimensões do indivíduo idealizado pela igreja católica na década de 30 do século XX. **Revista Querubim**. Niterói, v.8, n.18,2012 – Ano 08 nº18, p. 4-12, outubro,2012.
- MAYORGA, C., CASTRO, L. R., &PRADO, M. A. M. **Juventude e a experiência da política no contemporâneo**. Rio de Janeiro: Contra Capa Editora, 2012.
- MALFITANO, Ana Paula Serrata. Juventudes e contemporaneidade: entre a autonomia e a tutela.**Etnográfica**, Lisboa, vol.15, n.3, 2011, pp. 523-542.
- MISCHE, Ann. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. **Revista Brasileira de Educação**, v. 5, n. 6, p. 134-150, 1997.
- MOISÉS, J. A. Cidadania, confiança e instituições democráticas. **Lua Nova**, n. 65, p. 71- 94, 2005.
- MORENO, Rosangela Carrilo; ALMEIDA, Ana Maria F. O engajamento político dos jovens no movimento hip-hop. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 40, p. 130-142, 2009.
- NASCIMENTO, Marcos Roberto. Parlamento Jovem, juventudes e participação política. In: MEDEIROS, Regina de Paula; MARQUES, Maria Elizabeth (Org.). **Educação política da juventude: a experiência do Parlamento Jovem**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2012.
- NAZZARI, Rosana Katia. Capital social e socialização política dos jovens no Brasil. **Educação Unisinos**, v. 9, n. 2, p. 145-154, 2005.
- NILSEN, Ann. Jovens para sempre? Uma perspectiva da individualização centrada nos trajectos de vida. **Sociologia, Problemas e Práticas**, v. 27, p. 59-78, 1998.

Juventude e engajamento político despartidarizado: estudo sobre os egressos do Parlamento Jovem Brasileiro (2004-2013)

NOBRE, Marcos. **Choque de democracia: razões de revolta.** Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2013.

NORRIS, P. **A virtuous circle: Political communications in postindustrial societies.** New York: Cambridge University Press, 2000.

NOVAES, Regina. Juventude, percepções e comportamentos: a religião faz diferença. **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 263-290, 2005.

PAIVA, Irene Alves. Da reprodução social à criação de oportunidades de vida: Juventude, protagonismo e educação em assentamentos rurais. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. 208p.

PASSY, Florence. **L'action Altruiste: Coontraintes et opportunités de l'engagement dans les mouvements sociaux.** Genève: Librairie Droz S.A., 1998.

ROTHBERG, Danilo. A sociedade em rede e suas razões para o voto: impactos da internet sobre a dimensão sociopolítica. **Anais do IV Congresso Latino Americano de Opinião Pública.** Belo Horizonte, 2012.

RIBEIRO, Eliane; LANES, Patrícia; CARRANO, Paulo. **Diversidade de perfis caracteriza as juventudes brasileiras.** Ibase, 2006. http://www.ibase.br/userimages/ibasetnet_dv30_indicadores.pdf Acesso em 30/06/14.

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido; FARINA, Marli Burato. Cultura política e agentes de socialização. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 9, n. 2, p. 177-198, 2004.

RODRIGUES, Alan. O que os jovens pensam sobre a política. **Revista IstoÉ.** Edição 2336, 29 de agosto de 2014. Disponível em: http://www.istoee.com.br/reportagens/380009_O+QUE+OS+JOVENS+PENSAM+SOBRE+A+POLITICA Acessado em: 13/01/15.

SANTOS, Edmilson Santos; MANDARINO, Claudio Marques. Juventude e Religião: cenários no âmbito do lazer. **Revista de Estudos da Religião**, n. 3, p. 161-177, 2005.

SOFIATI, Flávio Munhoz. Religião e juventude: os novos carismáticos. **Idéias& Letras**, 2011.

STABILE, Max. Jovens e novas tecnologias: em busca de uma democracia colaborativa. **Em Debate**. Belo Horizonte, v. 4, n.8, p. 35-39, 2012.

TELLES, Helcimara de S.; DIAS, Mariana. Condutas políticas, valores e voto dos eleitores jovens de Belo Horizonte. **Revista do Legislativo**. Belo Horizonte, n. 43, jan. 2010, p.82-102.

TEIXEIRA COELHO, José. Cultura e cultura política dos jovens. **Revista USP**, n. 32, p. 156-165, 1997.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**, v. 67, p. 139-190, 2006.

Enviado: 24/03/2016

Aceito: 03/04/2017